

**TERMO DE DOAÇÃO ENTRE A MRS LOGÍSTICA S.A.  
E A PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO**

<b>1. DOADOR</b>	<b>NOME:</b> MRS LOGÍSTICA S.A. ("MRS" ou DOADOR") <b>ENDEREÇO:</b> Praia de Botafogo, n° 228, sala 707, Rio de Janeiro – RJ, CEP 22250-906 <b>CNPJ:</b> 01.417.222/0001-77
<b>2. DONATÁRIO</b>	<b>NOME:</b> PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO <b>ENDEREÇO:</b> Rua Santa Rosa de Lima, n° 78, Sarzedo – MG, CEP 32450-000 <b>CNPJ:</b> 01612509000158
<b>3. DATA DE ASSINATURA</b>	Assinado em Sarzedo, no dia 29 de Agosto de 2023.
<b>4. OBJETO</b>	Doação, por parte da <b>MRS</b> , de projetos ("Projeto") para execução de obras pelo próprio Poder Público.
<b>5. GESTORES</b>	<b>Pela MRS:</b> Nome: Carla Costa Endereço: Praia de Botafogo, n° 228, sala 707, Rio de Janeiro – RJ, CEP 22250-906 Telefone: (32) 99955-7017 E-mail: carla.costa@mrs.com.br  <b>Pelo DONATÁRIO:</b> Nome: Marcelo Pinheiro do Amaral Endereço: Rua Santa Rosa de Lima, n° 78, Sarzedo – MG, Telefone: (31) 3577-7007 E-mail: administracao@camarasarzedo.mg.gov.br

**CONSIDERANDO QUE:**

- I. A **MRS** é a concessionária para exploração e desenvolvimento do serviço público federal de transporte ferroviário de carga na Malha Sudeste, abrangendo parte dos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, e arrendatária dos ativos vinculados àquele serviço, incluindo os trechos ferroviários que se localizam na região do **Município de Sarzedo**;
- II. A **MRS** possui programa de integridade, que poderá ser acessado em: <https://www.mrs.com.br/sustentabilidade/programa-de-integridade-e-etica-da-mrs/>, sendo certo que as Partes se submetem diretamente ao "Código de Conduta Ética", "Política de Relacionamento com Órgãos Públicos e Anticorrupção" e a "Política de Patrocínios, Parcerias e Doações";
- III. O objeto do presente Termo se adequa às diretrizes gerais previstas na "Política de Patrocínios, Parcerias e Doações" da **MRS**, estando plenamente alinhado com a estratégia de negócios da Companhia com interface direta com a operação existente e com as comunidades em situação de vulnerabilidade no entrono da ferrovia, respeitando e fortalecendo as políticas públicas;
- IV. Por determinação da Constituição Federal, compete ao **Município de Sarzedo** a prestação de serviços públicos de interesse local, dentre os quais a limpeza pública, coleta, transporte e disposição final ambientalmente adequada dos resíduos gerados pelos municípios;
- V. Em prol do interesse público, da segurança na operação ferroviária e da comunidade local, assim como do meio ambiente, existe interesse comum e recíproco das Partes em estabelecer



entendimento destinado à doação de Projeto pela **MRS** para posterior execução, gerência e manutenção da obra pelo **Município de Sarzedo**;

- VI.** Quando aplicável, caso haja interferência na faixa de domínio ferroviária da **MRS**, a obra será realizada pelo **Município de Sarzedo** após a autorização da **ANTT**, conforme disposto em artigo 3º da Resolução nº 2.695/2008.

Resolvem as Partes firmar este Termo de Doação ("Termo") que se rege pelas cláusulas seguintes:

## **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

- 1.1** O presente Termo tem por objeto definir a doação do Projeto e as obrigações visando à constituição futura da obra, cuja implementação ocorrerá às expensas e sob responsabilidade exclusiva do **Município de Sarzedo**.

## **CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

### **2.1** Caberá à **MRS**:

- 2.1.1** A contratação, às suas expensas, de empresa especializada para elaborar o Projeto a ser doado ao **MUNICÍPIO**.

### **2.2** São obrigações do **Município de Sarzedo**:

- 2.2.1.** Conceder, durante o período de realização de todos os estudos para o desenvolvimento do Projeto, apoio técnico à equipe da **MRS** ou empresa por ela contratada, para obtenção de dados e documentos necessários à realização do referido Projeto;
- 2.2.2** Avaliar o conteúdo do Projeto apresentado pela **MRS** e aprová-lo, reconhecendo, desde já, que a aprovação formal é condição para a sua efetiva entrega;
- 2.2.3** Caso entenda necessária a realização de qualquer modificação nas condições originais do Projeto, encaminhar toda a documentação técnica relativa aos ajustes que entender pertinentes para avaliação e aprovação da empresa contratada pela **MRS** para a realização deste trabalho, sob pena de não ser possível a realização de qualquer alteração posteriormente no item objeto da doação;
- 2.2.4** Reconhecer que a responsabilidade técnica pela execução do projeto executivo, inclusive pela emissão e registro da respectiva ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), caberá à empresa especializada contratada pela **MRS**;
- 2.2.5** Responsabilizar-se, desde já, pela execução, gerência, fiscalização e manutenção da obra a ser realizada com base no Projeto, isentando a **MRS** de qualquer responsabilidade em relação à referida obrigação;
- 2.2.6** Responder integralmente por todos e quaisquer danos causados por si, seus empregados, subcontratados ou terceiros sob sua orientação à **MRS** e/ou terceiros no curso da elaboração do Projeto do objeto deste Termo.
- 2.2.7** Responder por toda e qualquer alteração realizada no Projeto após a sua entrega e, na hipótese de ser necessária a execução de qualquer obra e/ou serviço que venha a modificar as condições originais do Projeto, assumir integralmente a responsabilidade pelas consequências do seu ato, isentando a **MRS** de qualquer responsabilidade.
- 2.2.8** Reconhecer que a **MRS** poderá exigir o acompanhamento e fiscalização da execução as obras, quando realizado dentro da faixa de domínio da ferrovia, com o objetivo de resguardar a segurança operacional;

- 2.2.9 Responderá pela execução direta de reparos e pelo pagamento de indenização no caso de quaisquer danos em tubulações, redes aéreas, redes subterrâneas, ou a qualquer outro tipo de interferências ou ativos sob os cuidados da **MRS**, ocultos ou aparentes, se aplicável, quando da execução das obras a que se referem o Projeto objeto deste Termo;
- 2.2.10 Quando aplicável, garantir que todas as providências necessárias para a execução das obras para implementação do Projeto serão adotadas de modo a não prejudicar, impedir, retardar, suspender ou interromper, direta ou indiretamente, temporariamente ou não, sob qualquer circunstância ou em qualquer época, as operações ferroviárias da **MRS**;
- 2.2.11 Obter as licenças necessárias, sejam elas no âmbito federal, estadual ou municipal, para a execução das obras relativas ao Projeto;
- 2.2.12 Adotar todas as medidas necessárias para a proteção dos profissionais e/ou terceiros que estiverem envolvidos com a execução do Projeto e, posteriormente, das obras.
- 2.2.13 Apresentar todas as obrigações previstas e assumidas através deste Termo ao poder legislativo municipal e representantes da sociedade civil em ato público;
- 2.2.14 Publicar, a seu exclusivo critério, o conteúdo deste Termo, sob a forma de extrato ou não, no órgão oficial local, assumindo as responsabilidades e ônus decorrentes de sua decisão.
- 2.3** Caberá as Partes:
- 2.3.1 Se obrigar pelo cumprimento de suas próprias obrigações cíveis, sociais, trabalhistas, previdenciárias, ambientais, fiscais e tributárias, não havendo vínculo algum de solidariedade ou subsidiariedade entre elas, de tal forma que cada uma responderá, na íntegra, por qualquer multa, indenização ou sanção imposta pelos aludidos órgãos públicos, bem como de ações judiciais ou reclamações motivadas pelo não cumprimento de suas respectivas obrigações;
- 2.3.2 Respeitar e fazer respeitar todas as normas vigentes relativas às disposições referentes à ferrovia e às operações ferroviárias, constantes, em especial, do Regulamento de Transportes Ferroviários, aprovado pelo Decreto nº 1.832/1996, das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), quando relacionadas à ferrovia, e das instruções e normas internas da **MRS** relativas ao assunto;
- 2.3.3 Manter a outra Parte a salvo de quaisquer demandas judiciais e/ou administrativas a que der causa, por si ou pelos terceiros contratados, assumindo formalmente, perante a autoridade competente, a substituição e/ou exclusão da Parte inocente do polo passivo da demanda, sem prejuízo do reembolso de quaisquer custas, indenizações ou despesas arcadas pela Parte inocente e eventuais perdas e danos;
- 2.3.4 Arcar com as despesas decorrentes das ações e obrigações de sua responsabilidade, conforme previsto neste Termo.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO DO TERMO**

- 3.1 Este Termo vigorará até a data da efetiva entrega do Projeto pela **MRS** ao **Município de Sarzedo**, que se operacionalizará mediante a formalização de Termo de Aceite.
- 3.2 Este Termo poderá ser resilido, a qualquer momento, pela **MRS**, mediante prévia notificação do **MUNICÍPIO**, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
- 3.2.1 O exercício do direito de resilição do Contrato não gera para o **Município de Sarzedo** o direito de exigir da **MRS** o cumprimento de qualquer obrigação, incluindo, a entrega dos itens descritos na cláusula primeira, nem tampouco cobrar qualquer sanção, penalidade, ressarcimento, multa ou indenização, a qualquer título ou natureza.
- 3.3 O presente instrumento poderá ser resolvido nas seguintes hipóteses:

- (i) Por qualquer das Partes, no caso de inadimplemento de obrigação assumida que não seja sanado no prazo de 15 (quinze) dias contados do recebimento de notificação a respeito;
- (ii) Pela **MRS**, na hipótese de repercussão negativa referente à doação que, a seu exclusivo critério, torne a associação à imagem do **Município de Sarzedo** negativa à sua imagem, incluindo, considerando eventuais, mas sem se limitar, acusações de corrupção, utilização de trabalho forçado, obrigatório, infantil e/ou análogo a trabalho escravo e desrespeito às normas ambientais, mediante simples comunicação escrita;
- (iii) Por qualquer das Partes, na hipótese de evento de Caso Fortuito e/ou Força Maior, nos termos da legislação em vigor, que comprovadamente afete o cumprimento das obrigações, caso o evento não cesse após o prazo de 30 (trinta) dias da data do seu início, mediante simples comunicação escrita. Nesta hipótese, cada Parte deverá arcar com seus próprios custos decorrentes desta ocorrência.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DAS LEIS ANTICORRUPÇÃO**

- 4.1** As Partes declaram neste ato que estão cientes, conhecem e entendem todos os termos das regras anticorrupção no Brasil, em especial a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e o Decreto que a regulamenta, comprometendo-se a abster-se de qualquer atividade que constitua uma violação das disposições das regras anticorrupção e das demais disposições referentes à matéria. As Partes, por si e por seus administradores, diretores, funcionários e agentes, bem como por seus sócios, obrigam-se a conduzir suas práticas comerciais, durante a execução do presente Termo, de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis.
- 4.2** Pagamento Proibido: Na execução deste Termo, as Partes e qualquer de seus diretores, empregados, agentes ou sócios agindo em seu nome não devem dar, oferecer, pagar, prometer pagar ou autorizar o pagamento de, direta ou indiretamente, qualquer dinheiro ou qualquer valor a autoridade governamental, consultores, representantes, parceiros, ou quaisquer terceiros, com a finalidade de influenciar ato ou decisão de agente ou do governo, ou para assegurar qualquer vantagem indevida, ou direcionar negócios que violem as regras anticorrupção.
- 4.3** Para os fins da presente cláusula, as Partes declaram neste ato que (a) não violaram, violam ou violarão as regras anticorrupção; (b) não violarão as normas relativas aos seus respectivos Código de Conduta Ética, bem como as Políticas Gerais de Conduta e Relacionamento com Órgãos Públicos da **MRS**, os quais integram o presente ajuste para todos os efeitos; e que (c) têm ciência que qualquer atividade que viole as regras anticorrupção é proibida e declaram conhecer as consequências possíveis de tal violação.
- 4.4** O **Município de Sarzedo** declara ter ciência do Código de Conduta Ética, do Código de Conduta Ética para Terceiros e das Políticas Gerais de Conduta e Relacionamento com Órgãos Públicos e as demais regras anticorrupção da **MRS**, disponíveis no endereço eletrônico <https://www.mrs.com.br/sustentabilidade/programa-de-integridade-e-etica-da-mrs/>, se comprometendo a respeitá-las. Qualquer descumprimento das regras anticorrupção por qualquer das Partes, em qualquer um dos seus aspectos, ensejará a resolução motivada e imediata do Termo, por meio de mera notificação extrajudicial enviada à Parte que as descumpriu, sem prejuízo de eventual indenização por perdas e danos incorridos pela Parte inocente pelos prejuízos diretos ou indiretos causados a ela.
- 4.5** O **Município de Sarzedo** se obriga a dar ciência à(s) Subcontratada(s), caso haja, do Código de Conduta Ética, do Código de Conduta Ética para Terceiros, das Políticas Gerais de Conduta e Relacionamento com Órgãos Públicos e das demais regras anticorrupção da **MRS** fazendo com que esta(s) assumam(m) o compromisso de respeitá-las. O descumprimento das referidas regras pela(s) Subcontratada(s) ensejará a resolução motivada e imediata do Termo, por meio de mera notificação extrajudicial enviada pela **MRS**, ficando o **Município de Sarzedo** obrigada a indenizar a **MRS** por todos os danos incorridos em razão do descumprimento da(s) Subcontratada(s).

- 4.6 O Município de Sarzedo** declara que não há, e não haverá durante a vigência do presente Termo, qualquer conflito de interesses que possa comprometer a capacidade do **Município de Sarzedo** de executar o objeto dessa avença ou que possa criar a aparência de impropriedade com relação à execução desses pelo **Município**.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS**

- 5.1** As Partes, por si e por seus funcionários, obrigam-se, sempre que aplicável, a atuar neste Termo em conformidade com a Legislação vigente sobre proteção de dados relativos a uma pessoa física ("Titular") identificada ou identificável ("Dados Pessoais") e com as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018 ("Lei Geral de Proteção de Dados"), além das demais normas e políticas de proteção de dados de cada país onde houver qualquer tipo de tratamento dos Dados Pessoais relativos às Partes e à execução deste Termo.
- 5.2 Colaboração.** As Partes comprometem-se em auxiliar uma a outra no cumprimento de suas obrigações judiciais ou administrativas, de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e demais normas aplicáveis, fornecendo informações relevantes disponíveis e qualquer outra assistência para documentar e eliminar a causa e os riscos impostos por quaisquer violações de segurança verificadas na execução deste Termo.
- 5.3** As Partes, por si e/ou terceiros agindo em seu nome, deverão tratar os Dados Pessoais de forma confidencial e com o mesmo nível de segurança que tratam seus dados e informações de caráter confidencial, ainda que este instrumento venha a ser resolvido e independentemente dos motivos que deram causa ao seu término ou resolução.
- 5.4** As Partes obrigam-se a tratar os Dados Pessoais a que tiverem acesso em decorrência do Termo somente na medida necessária para cumprir as obrigações previstas em leis, regulamentos e neste instrumento, sendo expressamente proibida a distribuição ou compartilhamento desses Dados Pessoais fora dessas finalidades, de acordo com a legislação aplicável.
- 5.5** Obrigam-se as Partes ainda a: a) adotar as medidas de segurança, técnicas e organizacionais apropriadas para proteger os Dados Pessoais, de forma que sejam tratados conforme as melhores práticas de mercado e legislação aplicável; b) indenizar a outra Parte e eventuais terceiros contra todas as perdas, custos, despesas, danos, prejuízos, demandas, reivindicações, ações ou processos na qual a outra Parte possa sofrer ou incorrer por força de infração às obrigações previstas nesta cláusula.
- 5.6 Conformidade das Partes.** Cada Parte deverá monitorar, por meios adequados, sua própria conformidade, a de seus funcionários e contratados com as respectivas obrigações de proteção de Dados Pessoais que porventura sejam tratados no âmbito deste Termo.
- 5.7 Adequação legislativa.** As Partes se comprometem, desde já, a cumprir eventuais alterações de qualquer legislação que interfiram no tratamento dos Dados Pessoais aplicável a este Termo.
- 5.8** Se houver alguma nova disposição legal que afete o cumprimento das cláusulas relativas à proteção de Dados Pessoais previstas neste Termo, a Parte afetada pela nova disposição legal deverá notificar formalmente este fato à outra Parte, que terá o direito de resolver o presente Termo sem qualquer penalidade, apurando-se os valores devidos até a data da resolução.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**

- 6.1 O Município de Sarzedo**, neste ato, declara e garante:
- (i) Que cumprirá todas as normas em vigor no país, sobretudo a legislação trabalhista, previdenciária, fiscal, parafiscal, social, de higiene, segurança do trabalho e a legislação que dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica, bem como as normas que regem a operação ferroviária e as normas ambientais, as quais se aplicam ao objeto deste instrumento, sendo responsável por prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;



- (ii) Que desenvolve suas atividades dentro dos padrões éticos e socialmente adequados, sem praticar ou utilizar trabalho forçado, compulsório, análogo ao escravo, trabalho infantil e/ou degradante;
- (iii) Que fomenta a eficiência na utilização de recursos e, quando possível, promove a utilização de materiais reciclados e/ou recicláveis na produção dos insumos e nos produtos fornecidos;
- (iv) Que garante condições adequadas de trabalho aos seus colaboradores e aplica medidas em prol do bem-estar dos colaboradores, envolvendo saúde laboral e preventiva;
- (v) Que aplica práticas inclusivas e afirmativas, criando um ambiente livre de assédio e de discriminação, perseguição, abusos ou outros tipos de violência física ou psicológica;
- (vi) Que respeita a dignidade da pessoa humana e as normas constitucionais vigentes e repudia qualquer ato discriminatório, fomentando a diversidade e a inclusão;
- (vii) Que disponibiliza canal de comunicação e denúncias aos colaboradores, prestadores de serviços, clientes e demais terceiros que se relacionam com o **Município de Sarzedo**.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 7.1** As ações a cargo da **MRS** neste Termo estão relacionadas e são dependentes das ações a cargo do **Município de Sarzedo**, que também são previstas neste instrumento, não podendo a **MRS** sofrer penalidades ou alegações de descumprimento por obrigações vinculadas direta ou indiretamente a ações do **Município de Sarzedo**.
- 7.2** Eventuais tributos devidos em decorrência do objeto deste instrumento são de responsabilidade do contribuinte, assim definido na legislação. A **MRS**, se e quando fonte retentora, nos prazos e forma da Lei, descontará as retenções de tributos e contribuições sociais previstas na legislação tributária e previdenciária vigente à época do pagamento, quando elas determinarem que a **MRS** seja responsável pelo recolhimento de tais tributos.
- 7.3** Toda e qualquer obrigação não prevista neste Termo, bem como toda e qualquer alteração do ora pactuado, inclusive, a prorrogação do prazo deste instrumento, fica sujeita a prévio acordo entre as Partes, na forma de termo aditivo.
- 7.4** Fica expressamente acordado que as Partes são independentes uma da outra e que não é intenção de qualquer das Partes ter uma relação de representante/representado, empregador e empregado, de sociedade, associação, consórcio, ou representação, ou de criar uma parceria entre as Partes e seus respectivos sucessores. A natureza da relação jurídica entre as Partes é meramente contratual, exercendo cada uma delas atividade empresarial ou civil autônoma, não havendo solidariedade entre elas quanto a obrigações privadas, administrativas, fiscais, previdenciárias ou trabalhistas.
- 7.5** As Partes reconhecem que não há vínculo algum de solidariedade ou subsidiariedade entre elas, de tal forma que cada uma responderá, na íntegra, por qualquer multa, indenização ou sanção imposta por órgãos públicos, bem como de ações judiciais ou reclamações motivadas pelo não cumprimento de suas respectivas obrigações e se obrigam a manter a Contraparte a salvo de quaisquer demandas judiciais e/ou administrativas a que der causa, por si ou pelos terceiros contratados, assumindo formalmente, perante a autoridade competente, a substituição e/ou exclusão da Parte inocente do polo passivo da demanda, sem prejuízo do reembolso de quaisquer custas, indenizações ou despesas arcadas pela Parte inocente e eventuais perdas e danos.
- 7.6** Este Termo contém o pleno e completo entendimento entre as Partes com relação às matérias aqui tratadas, substituindo todas as discussões e documentos anteriores relativamente às mesmas matérias.
- 7.7** As obrigações deste instrumento são assumidas em caráter irrevogável e irretratável, obrigando cada uma das Partes e seus sucessores a qualquer título.



- 7.8** O não exercício por qualquer das Partes de qualquer direito a ela assegurado neste Termo ou na lei em geral, ou a não aplicação de qualquer medida, penalidade ou sanção possível não importará em renúncia ou novação, não devendo, portanto, ser interpretada como tolerância ou desistência de sua aplicação em caso de reincidência.
- 7.9** Não poderão as Partes ceder ou transferir os direitos e obrigações do presente Termo sem a prévia e expressa concordância por escrito da outra Parte.
- 7.10** Sob pena de serem considerados ineficazes para todos os fins e efeitos de direito e, em especial, para o disposto neste Termo, todos os avisos ou comunicações relativas a este Termo serão elaborados sempre por escrito.
- 7.11** Se qualquer disposição deste instrumento for considerada inválida ou inexecutável, as demais deverão permanecer em pleno vigor e efeito.
- 7.12** O preâmbulo deste Termo constitui parte inseparável deste instrumento, devendo orientar eventuais divergências que porventura venham a surgir com relação à sua interpretação.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DO FORO**

**8.1** Fica eleito o Foro da Comarca de Ibitité para a solução de dúvidas ou litígios oriundos deste instrumento, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por se acharem assim perfeitamente justas e contratadas, firmam o presente Termo em 2 (duas) vias de igual teor, para os mesmos fins e efeitos, na presença das duas testemunhas abaixo nomeadas e assinadas. As Partes declaram e concordam que a assinatura deste Termo poderá ser efetuada em formato eletrônico ou digital, reconhecendo a veracidade, autenticidade, integridade, validade e eficácia deste Termo, nos termos do art. 219 do Código Civil, em formato eletrônico e/ou assinado pelas Partes por meio de certificados eletrônicos, ainda que sejam certificados eletrônicos não emitidos pela ICP-Brasil, nos termos do art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 ("MP nº 2.200-2").

Sarzedo, 29 de Agosto de 2023.

Pela **MRS LOGÍSTICA S.A.:**

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Pelo **DONATÁRIO:**

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

**Testemunhas:**

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_



# CHECKLIST PARA CONTROLE DAS DOAÇÕES REALIZADAS PELA MRS

(Valores / Bens / Serviços / Projetos)

ITEM	SIM	NÃO	N/A	JUSTIFICATIVA
1. A doação será destinada à Administração Pública? <sup>1</sup>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	XXXXXXXXXX
2. A doação fortalece o relacionamento da MRS com a comunidade da qual a empresa faz parte e/ou com os seus colaboradores? <b>Caso a resposta a este item seja 'NÃO', a recomendação jurídica é que a doação não prossiga.</b> <sup>2</sup>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	XXXXXXXXXX
3. A MRS possui atividade ferroviária no Município em que a doação será utilizada?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	XXXXXXXXXX
4. A doação contribui com o bem-estar de comunidades localizadas no entorno da ferrovia?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	XXXXXXXXXX
5. A doação beneficia, direta ou indiretamente, os colaboradores da MRS?	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	XXXXXXXXXX
6. Há alguma situação emergencial que justifique o envolvimento da MRS?	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	XXXXXXXXXX
7. Há alguma contrapartida ou vantagem (direta/indireta) à MRS? <b>Em caso positivo, justifique ao lado e encaminhe, obrigatoriamente, o documento para verificação do Jurídico.</b>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	XXXXXXXXXX
8. Há alguma contrapartida ou vantagem (direta/indireta) à MRS <b>diversa</b> da prevista no modelo padrão de contrato a ser celebrado? <b>Em caso positivo, justifique ao lado e encaminhe, obrigatoriamente, o documento para verificação do Jurídico.</b>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	XXXXXXXXXX

<sup>1</sup> Administração Pública Direta (União, estados, Distrito Federal e municípios) e Indireta (autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista).

<sup>2</sup> Para evitar qualquer caracterização de desvio de poder em relação às atribuições do Conselho de Administração e da Diretoria (art. 154, § 4º da Lei 6.404/1976).





9. Há alguma contrapartida ou vantagem (direta/indireta) à contraparte? <b>Em caso positivo, justifique ao lado.</b>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Execução do projeto – Estudos Hidrológicos e Projetos de Drenagem
10. Há alguma contrapartida ou vantagem (direta/indireta) à contraparte <b>diversa</b> da prevista no modelo padrão de contrato a ser celebrado? <b>Em caso positivo, justifique ao lado e encaminhe, obrigatoriamente, o documento para verificação do Jurídico.</b>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	XXXXXXXXXX
11. A doação é compatível com as políticas da MRS (disponíveis em <a href="https://www.mrs.com.br/sustentabilidade/programa-de-integridade-e-etica-da-mrs/">https://www.mrs.com.br/sustentabilidade/programa-de-integridade-e-etica-da-mrs/</a> )? <b>Caso a resposta a este item seja 'NÃO', a recomendação jurídica é que a doação não prossiga.</b>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	XXXXXXXXXX
12. A doação foi concedida/oferecida/recebida de forma transparente, pública e notória?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	XXXXXXXXXX
13. A doação envolve evento ou ação de cunho político partidário ou discriminatório?	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	XXXXXXXXXX
14. A doação envolve atividades ilícitas ou não condizentes com a cultura ética da empresa?	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	XXXXXXXXXX
15. Qual a destinação da doação concedida?	XXXXXXXXXX			
<input type="checkbox"/> Causas humanitárias: objetivo de mitigar os conflitos socioeconômicos existentes. <input type="checkbox"/> Culturais: objetivo de promover e apoiar a cultura local. <input type="checkbox"/> Esportivas: objetivo social de oferecer acesso ao esporte. <input type="checkbox"/> Educacionais: objetivo de promover a educação, a fim de mitigar os acidentes, e potencializar a proximidade institucional. <input checked="" type="checkbox"/> Bem-estar/Segurança da comunidade: objetivo de estreitar as relações da empresa com as comunidades. <input checked="" type="checkbox"/> Apoio a órgão de segurança pública: objetivo de apoiar os referidos órgãos na obtenção de materiais e serviços necessários ao seu regular funcionamento. <input type="checkbox"/> Mitigar risco de acidente na linha férrea.				

<input type="checkbox"/> Outros. <u>Caso essa opção seja escolhida, a justificativa ao lado é obrigatória.</u>				
16. A doação foi aprovada conforme as Alçadas de Aprovação da MRS (DO-MRS-0002)? <b>Caso a resposta a este item seja 'NÃO', a recomendação jurídica é que a doação não prossiga.</b>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	XXXXXXXXXXX
17. Este checklist foi submetido ao responsável pela aprovação da doação, conforme as Alçadas de Aprovação da MRS (DO-MRS-0002)? <b>Caso a resposta a este item seja 'NÃO', a recomendação jurídica é que a doação não prossiga.</b>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	XXXXXXXXXXX